

Camundongos *Mus musculus Swiss*, machos, $35,0 \pm 5,0g$, $n=60$ foram mantidos no LAFISA em gaiolas individuais, 12h claro e escuro, água e comida *ad libitum*. Três grupos foram formados ($n=20$ /grupo), considerando-se a formulação aplicada: i) grupo Controle negativo-CN (NaCl 0,9%); ii) grupo Controle positivo-CP (Fibrase®) e; iii) grupo Tratado-T (Tintura Jurema-preta). Estes foram subdivididos em 04 subgrupos de acordo com as fases da cicatrização (2, 7, 14 e 21 dias de pós-lesão, $n=5$). As feridas foram produzidas após anestesia (10mg/kg- xilasina 2% e 115mg/kg- Cetamina 10%, IP), tricotomia e a antisepsia da região dorsal torácica. A pele foi demarcada com *punch* de biópsia e as feridas produzidas com bisturi. As formulações foram aplicadas em quantidade suficiente para o preenchimento da área da ferida. A avaliação morfométrica da lesão foi iniciada 24h após a cirurgia e repetidas até a biópsia. A área da ferida foi determinada com paquímetro. Protocolo aprovado CEUA/UNIVASF nº 0001/131211. A análise morfométrica no 2º dia pós-lesão mostrou pequena redução das áreas (CN 0,790; CP 0,674 e T 0,707cm²). No 7º dia, o grupo CP apresentou significativa redução (ANOVA, Tukey 5%) das áreas das feridas (CN 0,410; CP 0,260 e T 0,420cm²). Aos 14 dias, as feridas nas quais a tintura foi aplicada exibiram significativa redução (CN 0,060; CP 0,019 e T 0,000cm²), apresentando um percentual de contração de 100%. O extrato hidroalcoólico da *Mimosa tenuiflora* beneficiou a cicatrização de feridas em camundongos, apresentando maiores efeitos na fase de remodelação.

Palavras-chave: Tintura, *Mimosa tenuiflora*, feridas experimentais.

1 Mestranda Ciências Veterinárias do Semiárido-UNIVASF

2 Graduando Medicina Veterinária-UNIVASF

3 Docente Colegiado Zootecnia-UNIVASF

4 Orientador, Colegiado Medicina Veterinária-UNIVASF, Petrolina-PE.

Email: alitaferraz@hotmail.com

AO-04

VALIDAÇÃO DA UTILIZAÇÃO DE BAINHAS DE INOVULAÇÃO REESTERILIZADAS À ÓXIDO DE ETILENO EM RECEPTORAS DE EMBRIÕES BOVINOS

Carlos Henrique Calazas Oliveira¹; Danilo de Barros Vicente Ribeiro¹; Alexandra Soares Rodrigues¹; Paloma Laranjeira Moreira¹; Eliardo Rodrigues Flores¹; Marcos Chalhoub Coelho Lima¹

Apesar da TE e FIV já serem uma realidade no Brasil, os seus custos ainda permanecem relativamente elevados. Esse trabalho teve como objetivo comparar a taxa de gestação (TG) e perda embrionária (PE) em receptoras de embriões bovinos produzidos *in vitro* utilizando bainhas de inovulação novas e reesterilizadas. Para tanto, foram recuperados oócitos de doadoras Nelore, por meio da OPU. Esses oócitos foram maturados e fertilizados *in vitro* e os embriões obtidos foram inovulados em receptoras mestiças, por meio da técnica não cirúrgica. No momento das inovulações as receptoras foram divididas em dois grupos: i) Grupo NOV ($n=337$), receptoras inovuladas com bainhas novas e; ii) Grupo REEST ($n=372$), receptoras inovuladas com bainhas de inovulação reesterilizadas. As bainhas utilizadas no Grupo REEST, previamente usadas, foram lavadas com água corrente, hipoclorito de sódio e sabão neutro, posteriormente, foram enxaguadas com água deionizada e permaneceram nesta por 24h, procedeu-se a secagem em estufa por 24h a 70°C, para então serem reesterilizadas em vapor de óxido de etileno. O diagnóstico de gestação foi realizado em 30 e 60 dias pós-inovulações, por meio de ultrassonografia transretal. A PE foi calculada subtraindo o número de vacas gestantes aos 60 dias do número de vacas gestantes aos 30 dias e dividindo-se o resultado pelo número de vacas gestantes aos 30 dias. A TG geral aos 30 e 60 dias foi de 47,8% (339/709) e 41,3%

(293/709), respectivamente. Em relação à TG aos 30 dias, não se observou diferença significativa, a mesma foi de 48,7% (164/337) para o grupo NOV e 47,0% (175/372) para o grupo REEST. O mesmo padrão foi verificado para a TG aos 60 dias, sendo 42,1% (142/337) para o grupo NOV e 40,6% (151/372) para o grupo REEST. A PE geral foi de 13,6% (46/339). Não se verificou diferença significativa para esta característica entre os grupos experimentais. A PE para os grupos NOV e REEST foi de respectivamente 13,4 (22/164) e 13,7% (24/175). Diante dos resultados obtidos neste trabalho a reesterilização das bainhas mostrou-se eficiente em reduzir os custos sem afetar os índices de fertilidade, o que comprova a viabilidade desta técnica.

Palavras-chave: Biotecnologia, Inovulação, Reesterilização.

1 Escola de Medicina Veterinária e Zootecnia – UFBA.

SAÚDE PÚBLICA

AO-05

ABATE CLANDESTINO: UMA REALIDADE. ABATEDOURO MÓVEL®: UMA SOLUÇÃO

Caroline Vasconcelos Lengler¹, Christian de Sena Brandão², Luciano Novaes de Carvalho³

Esse trabalho aborda um tema presente em todos Estados do Brasil e que causa um grave problema para a saúde pública, acarretando uma série de prejuízos para o Governo, produtores rurais e cidadãos: o Abate Clandestino. O Abatedouro Móvel[®] (unidade móvel de abate e estrutura fixa de apoio), representa um projeto inovador na busca da redução dos índices de Clandestinitude no setor de abate das diversas espécies comerciais. O projeto do Abatedouro Móvel[®] visa colocar, pela primeira vez, o pequeno produtor em igualdade com os grandes pecuaristas no que diz respeito ao acesso às unidades de abate inspecionadas. Por ter custo de implantação menor em relação às unidades fixas e ter a vantagem da mobilidade, é possível sua disseminação em todo território nacional, principalmente nas áreas que não comportam a implantação de unidades fixas de abate; a viabilidade do projeto ocorre pela conciliação entre a celeridade no processo de implantação, versatilidade no abate utilizando uma mesma unidade (bovinos, suínos, caprinos e ovinos /aves e coelhos/ peixes), otimização da equipe de colaboradores da unidade móvel e respeito às leis de ambientais. Assim o projeto de Abatedouro Móvel[®] passa a ser uma solução de amparo ao pequeno produtor para a obtenção de produtos com selo de inspeção, profissionalizando e organizando a etapa final da cadeia produtiva.

Palavras-chave: Abate Clandestino, Abatedouro Móvel[®].

1 Pós Graduada em Controle de qualidade de Alimentos UFLA, 2 Pós graduado em Controle de qualidade de Alimentos UFLA, 3 Pós graduado em tecnologia de produtos cárneos UNIDAV.

AO-06

AVALIAÇÃO DO NÍVEL DE CONHECIMENTO SOBRE A LEISHMANIOSE VISCERAL EM PROPRIETÁRIOS DE CÃES DA CIDADE DE CRUZ DAS ALMAS, BAHIA, BRASIL

Juliana Albuquerque de Brito¹; Rafael Anias dos Santos¹; Beatriz Costa de Mendonça¹; Raul Rio Ribeiro²

Considerando-se a falta de informação e de atitudes preventivas como fatores perpetuantes das enfermidades parasitárias, o presente trabalho avaliou

o grau de conhecimento sobre a leishmaniose visceral (LV) e as características socioeconômicas e culturais dos proprietários de cães do município de Cruz das Almas, Bahia. Para tal, 162 proprietários voluntários, residentes em seis regiões pré-definidas, de acordo com aspectos geográficos, responderam ao questionário acerca de aspectos diversos relacionados ao agravo e ao reservatório doméstico. Os resultados demonstraram que apenas 5,5% (9/162) dos 162 entrevistados compreendiam o significado do termo zoonose e que somente 3,7% (6/162) souberam relatar, ao menos, um exemplo de enfermidade zoonótica, o que evidencia a carência de informação referente ao tema na população local. Embora cerca de 42% (68/162) dos proprietários tenham se considerado conhecedores da leishmaniose/Calazar, somente 2,9% (2/68) desses foram capazes de informar corretamente a forma de transmissão e a importância do cão no ciclo biológico, revelando fragilidade do conhecimento adquirido. Como esperado, e de maneira geral, a região que apresentou maior índice de conhecimento, bairro Lauro Passos, foi também aquela que registrou o maior nível de escolaridade entre os voluntários, com cerca de 35,7% (5/14) com nível superior completo, o que contrasta com a realidade do município, já que a média de graduados nas demais regiões foi da ordem de 4% (6/148). Diante do registro de baixo grau de informação da população alvo, bem como do caráter incipiente da zoonose no município e de suas precárias condições de saneamento básico, conclui-se que existe a necessidade de realização de atividades de educação em saúde voltadas ao controle da LV, propiciando orientação aos moradores sobre hábitos e manejo ambientais domiciliares/peridomiciliares favorecedores do ciclo de transmissão da enfermidade.

Palavras-chave: Leishmaniose visceral, Conhecimento, Cruz das Almas.

1 Estudante Iniciação Científica do Curso de Medicina Veterinária, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, UFRB, julialbuquerque01@hotmail.com;

2 Prof. Dr. Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas, CCAAB, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, UFRB, raul@ufrb.edu.br

AO-07

CONDIÇÕES HIGIÊNICO-SANITÁRIAS DE EXPOSIÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL EM FEIRAS LIVRES NO MUNICÍPIO DE ARACAJU – SERGIPE

Juliano Pereira Santos¹, Paulo Tojal Dantas Matos², Thais Kitamura Costa³, Maria do Nazareth Gomes Aragão³, Flávio Moreno Andrade dos Santos², José Cláudio Torres Guimarães²

O presente trabalho teve como objetivo realizar um levantamento das condições higiênico-sanitárias atuais da venda de produtos de origem animal nas feiras livres de Aracaju. As inspeções foram realizadas pela Vigilância Sanitária do município, entre os meses de março e agosto de 2013, quando foram inspecionadas as 32 feiras livres existentes na capital sergipana. Foram verificadas as condições de exposição de todos os produtos à venda, bem como da localização das feiras, possibilidade de contaminação por agentes externos e procedência dos alimentos comercializados, particularmente aqueles de origem animal, como carnes, peixes, frango e laticínios. Foi constatado que os produtos anteriormente citados são manipulados e acondicionados fora de refrigeração, além de não terem comprovação de origem. As carnes, frangos e laticínios não apresentam embalagens e rotulagens adequadas, e não possuem selo de inspeção do órgão competente. O pescado é comercializado fora de refrigeração e exposto à contaminantes. Verificou-se ainda a presença de vetores (moscas) em contato com os alimentos, além de animais como cães e pombos no ambiente de

comercialização. Algumas feiras estão localizadas em áreas impróprias, próximas a canais que recebem esgoto sanitário e em áreas sem correta drenagem de águas pluviais, além de próximas à avenidas com grande fluxo de veículos gerando material particulado, que pode contaminar os alimentos expostos. Conclui-se que os produtos de origem animal comercializados em feiras livres na cidade de Aracaju não apresentam condições sanitárias adequadas, representando um risco à saúde pública.

Palavras-chave: Vigilância Sanitária, Produtos de origem animal, saúde pública, inspeção, feiras livres.

¹Médico-Veterinário Gerente de Alimentos e Serviços Veterinários da Vigilância Sanitária de Aracaju

²Aluno de graduação do curso de Medicina Veterinária UFS / PIO X

³Servidores da Vigilância Sanitária de Aracaju

AO-08

ESTUDO RETROSPECTIVO DA RAIVA NO ESTADO DO MARANHÃO, BRASIL (2009 A 2012)

Julliana Francisca Rocha Vaz¹, Dglan Firmo Dourado¹, Mirella Castro Cordeiro Leite¹, Thiago Mendes Sousa¹, Daniel Praseres Chaves²

A raiva é uma doença infecciosa de abrangência mundial. Com exceção da Oceania, alguns países das Américas, Europa e Ásia, muitos outros ainda enfrentam problemas com essa enfermidade. Os dados sobre a morbidade e mortalidade constituem a única informação, uma vez que a doença apresenta 100% de letalidade nas espécies de animais incluídos no Código Sanitário para os Animais Terrestres da OIE. No Brasil, a raiva pode ser considerada endêmica, em grau diferenciado, de acordo com a região geopolítica. Realizou-se levantamento epidemiológico da raiva no estado do Maranhão no período de janeiro de 2009 a dezembro de 2012, com base nos dados do Laboratório de Virologia da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, credenciado pelo Ministério da Saúde. Nesse período, foram processadas pela técnica de imunofluorescência indireta (RIFI), 975 amostras de cérebros de caninos, felinos, quirópteros, humanos, bovinos, equinos, caprinos e muare, provenientes de vários municípios maranhenses. As amostras positivas pelo RIFI foram submetidas à prova biológica para confirmação diagnóstica. Destas, 149 (15,28%) foram positivas e 819 (84,0%) negativas. Do total de amostras, 7 (0,71%) estavam inadequadas e, portanto, não foram examinadas. Este elevado número dos casos no Maranhão discorda da afirmação de QUEIROZ et al. (2009), de que existe uma tendência à diminuição dos casos de raiva no Brasil ao longo dos anos. É possível que essa elevada taxa de positividade esteja relacionada às falhas no planejamento vacinal, bem como à outras medidas de controle da raiva. O fato da região nordeste ainda ser a que apresenta o maior número de casos de raiva, inclusive a humana, representa um risco nacional, pois o trânsito de animais e o clima fazem com que o vírus permaneça circulando.

Palavras-chave: Raiva, Epidemiologia, Maranhão.

¹Acadêmicos do curso de medicina veterinária da Universidade Estadual do Maranhão, alunos de iniciação científica

²Docente do departamento de Patologia da Universidade Estadual do Maranhão.

E-mail: vaz.julliana@gmail.com